



Polícia Civil | divulgação

A Polícia Civil está à procura de outras vítimas do empresário estuprador

Ele usava este sítio para abusar das adolescentes depois de embebedá-las e drogá-las | Página 3

Secretaria de Comunicação



FESTIVAL DE ARTE E BELEZA. Um festival de ginástica rítmica marcou, na noite desta quarta-feira (12), a reinauguração da quadra da escola municipal Zilda Tomé de Moraes (Bambu). Dezenas de equipes participaram do FestPorto, que chega à 12ª edição. A quadra, vestiários e banheiros passaram por uma reforma completa, que incluiu a troca de portas, pias e granitos, nova pintura da quadra e arquibancadas e outras melhorias.

Vereadores aprovam projeto que autoriza PortoPrev a fazer desconto em folha de pagamento | Página 11

Paulo Henrique Baldini | Portando Click



NOVEMBRO AZUL. O Rotary Club de Porto Feliz juntou-se à campanha de conscientização sobre a importância dos exames preventivos para a saúde do homem. Na noite desta quinta-feira (13) o clube de serviços promoveu uma palestra sobre o assunto

Prof. Carlos Cavalheiro conta como foi o mês de novembro na história de Porto Feliz | Página 6

Primeira escola infantil na zona rural é inaugurada na Agrovila CAIC

A próxima será construída em 2026 no Bom Retiro, anunciou o prefeito Célio

Nesta quarta-feira (12) Porto Feliz ganhou sua primeira escola de educação infantil na zona rural. O prefeito Célio Peixoto e equipe inauguraram a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Profª Nadyr Marchi dos Santos. Ela fica na Agrovila CAIC e vai atender a cerca de 45 crianças. “Esse projeto representa o nosso compromisso com a educação e o bem-estar das famílias que vivem e trabalham nessa região tão importante para o desenvolvimento da nossa cidade”, disse o prefeito. Ele disse também que, no início de 2026, começa a construção da segunda escola de Ensino Infantil da zona rural. A nova escola ficará no Bom Retiro.

Reprodução de vídeo



Prefeitura anuncia a nova turma do Porto Feliz Para o Mundo

Um dia depois da inauguração da escola na Agrovila CAIC, o prefeito Célio Peixoto assinou a homologação da 2ª turma do programa Porto Feliz Para o Mundo. A nova turma é formada por dez alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II e dois professores. Os três melhores estudantes de toda a rede são:

- Isabela Barbosa de Paula (EMEF Profª. Vilma Fernandes Antônio)
- Gustavo Silvestre Rodrigues (EMEF Dr José Elias Habice Filho)
- Renan de Castro Tassignon (EMEF Coronel Esmédio)

Os selecionados por escolas:

- Davi Naldi Nogueira – EMEF Prof. Domingos de Marco
- Gabriele Pereira – EMEF Coronel Esmédio
- Isabele Zauro Souza – EMEF Ver. Carlos Roberto de Oliveira
- Matheus Amates de Oliveira – EMEF Prof. Antônio de Pádua Martins de Melo
- Raphael Carvalho Conceição – EMEF Profª. Vilma Fernandes Antônio
- Samantha Vitória Pinto – EMEF Dr José Elias Habice Filho

- Vitória Oliveira de Souza – EMEF Profª Maria Aparecida Fernandes Leite

Os professores:

- Samuel Rodrigues Pereira (EMEF Prof. Antônio de Pádua Martins de Melo)
- Márcia Yuquiko Takahashi (EMEF Coronel Esmédio)
- Vilma Bueno (EMEF Profª Maria Aparecida Fernandes Leite)
- Alan Donizete Ferraz (EMEF Profª. Vilma Fernandes Antônio)
- Cláudia Regina Franciscão (EMEF Profª. Luiza Carvalho Pires)

Colunistas

O Charmoso Bar São João

Reinaldo Crocco Júnior

Acervo do Professor Roberto Prestes de Souza



A foto que ilustra esta crônica mostra o antigo e charmoso Bar São João no ano de 1932. Localizado na Rua Altino Arantes, região central da cidade, exatamente onde hoje está a loja Paula Modas, era o ponto de encontro da juventude, políticos e personalidades da época. O saudoso Bar São João se destacava não apenas pela qualidade das suas guloseimas e produtos importados, mas também pelo vistoso traje dos seus atendentes e dirigentes. Naqueles velhos e poéticos tempos o Bar São João era dirigido pelo seu proprietário Sr. Benedito Stettener, que aparece na foto ao lado do cidadão de bigode Sr. Eloy Rodrigues, que também prestava serviços naquele local. Observem na foto,

ao fundo, a Sra. Narcisa Stettener Pires, esposa do Sr. Antônio Pires (Tendá), carregando no colo o seu filho Célio (Dr. Célio Pires) ainda bebê. A garota que aparece na foto usando charmoso chapéu que complementava o belo traje daquela época, é a Sra. Honorata Stettener. Observem o balcão de sorveteria e o possante motor que impulsionava a vigorosa pá batidora de sorvete! Reparem na beleza artística da pintura mural que era muito utilizada naqueles antigos e poéticos tempos, e que tinha como principal artífice o saudoso pintor piracicabano Alfredo Félix, que muito sucesso fez em Porto Feliz e que assinava as suas notáveis obras como A. Félix. Reparem na beleza estética dos balcões e pra-

teleiras, bem como no estilo clássico do mobiliário daqueles velhos e nostálgicos tempos. Notem o cuidado como os balcões e prateleiras eram rigorosamente limpos e ornamentados, dando um charme todo especial ao estabelecimento. Importante ressaltar, como curiosidade histórica, que as aconchegantes dependências do saudoso Bar São João eram utilizadas, inclusive, na realização das reuniões periódicas da Câmara Municipal de Porto Feliz, que até então não tinha o seu prédio próprio. Naquele tempo os vereadores utilizavam uma das mesas redondas que existiam no Bar São João, ao redor da qual se assentavam e debatiam os assuntos políticos do interesse da população, sendo certo que cada vereador

BAR, CÂMARA E LOJA MAÇÔNICA. Nas dependências do São João, na Rua Altino Arantes, reunia-se a Câmara de Vereadores numa época em que o Legislativo ainda não tinha sede própria; a Loja Maçônica Intelligência de Porto Feliz também fez reuniões nas elegantes instalações do saudoso estabelecimento comercial

era devidamente protegido por um assessor, então popularmente chamado de guarda-costas. Ressalte-se que na década de 1950 muitas reuniões da Loja Maçônica Intelligência de Porto Feliz, a mais antiga do Estado de São Paulo, também foram realizadas nas dependências do charmoso Bar São João. Indiscutivelmente a foto que ilustra esta crônica nos traz belas recordações e grande saudade de um dos momentos mais encantadores e poéticos que a história de Porto Feliz registra! Salve Terra das Monções / Tua gente varonil / Honrarás tuas tradições / E a grandeza do Brasil! Reinaldo Crocco Júnior é advogado, escritor, pesquisador e colaborador da TRIBUNA

Novembro em Porto Feliz: Entre Memórias e Monções

Carlos Carvalho Cavalheiro

Novembro chega a Porto Feliz com o peso doce da história e o sopro das monções que parecem nunca cessar. É o mês em que os ecos dos sinos e das urnas se misturam: políticos, padres, engenheiros e simples cidadãos desfilam pelas páginas das efemérides, compondo um mosaico que revela a alma desta cidade ribeirinha do tempo. O pesquisador Romeu Castelucci teve a brilhante ideia de reunir fatos que ele considerava importantes para a cidade em um livro intitulado *Efemérides de Porto Feliz*. Nos últimos meses (setembro e outubro), tenho me utilizado dessas informações para compor um panorama da História local a partir de uma “visita” aos acontecimentos do mês. Desse modo, não somente rendo as merecidas homenagens ao pesquisador Romeu Castelucci, como, também, mantenho a mesma organização de seu livro. Vamos às informações...

Logo no início do mês, em 3 de novembro de 1942, a cidade assistia à inauguração da agência do Banco Mercantil de São Paulo, símbolo do progresso que chegava de terno e gravata, car-

regando em suas mãos o selo da modernidade. Poucos dias depois, em 4 de novembro de 1898, nascia em Itatinga o menino Sílvio Brand Correia, que o destino traria à vida pública e social. Já em 5 de novembro de 1868, a terra porto-felicense dava ao mundo o Monsenhor José Rodrigues Seckler, pastor de almas e educador de gerações. No mesmo dia, quase um século depois, a Maternidade da Santa Casa de Misericórdia se abria, em 1965, como novo berço para as esperanças locais. E é curioso pensar que, um século antes, em 6 de novembro de 1867, o imperador Dom Pedro II concedia o título de Barão de Porto Feliz a Cândido José de Campos Ferraz — gesto que ligava a cidade ao Império por meio de tinta e pergaminho. Já no dia 7, em 1931, findava-se a vida do coronel Esméδιο Paes de Almeida, homem de fábricas e de fé, cujo nome ainda ecoa nas instituições e na memória coletiva. Os dias seguintes trouxeram também histórias de fé e trabalho. Em 8 de novembro de 1799, um juiz e vereadores recebiam o escritório de São Paulo, prenunciando as eleições que viriam no limiar do

novo século. Décadas depois, em 9 de novembro de 1919, o jornal *O Novo Porto* anunciava a chegada da agência da Caixa Econômica — sinal de que o progresso, mesmo lento, persistia. No mesmo mês, mas em 1947, a democracia local fervilhava nas eleições municipais, e o povo decidia o rumo da cidade. Em 10 de novembro de 1777, um documento antigo já falava de rações e marchas — farinha, feijão e coragem — numa rotina militar que se confundia com a própria vida cotidiana. No dia 11 de novembro de 1939, o diácono João Germano do Prado saudava os fiéis da Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, voz que ainda parece ressoar entre os bancos da igreja. O mês também guardou nascimentos e despedidas. Em 13 de novembro de 1883, nascia Eugênio Euclides Pereira da Motta, homem público, vereador e benfeitor — o mesmo dia em que, mais de cem anos depois, outro porto-felicense viria ao mundo, escrevendo também sobre o passado de sua cidade. Já em 14 de novembro de 1986, o agricultor e político Benedito José Diana se despedia da vida, deixando atrás de si a semente

dos melhoramentos que plantara. E então vem o dia 15 — data carregada de significados nacionais e locais. Em 1825, membros da expedição de Langsdorff chegavam a Itu, e Porto Feliz entrava na rota das grandes explorações científicas. Em 1968, os porto-felenses elegiam Sérgio Bettiol e Francisco Rojas, dando continuidade à tradição cívica que faz de novembro um mês de decisões e esperanças. Em 1887, firmava-se o contrato para a formação da Colônia Rodrigo Silva, com famílias belgas que viriam semear novos costumes, novas histórias e novos sotaques nesta terra generosa. As efemérides seguem, e o tempo corre, levando consigo nomes, datas, números — mas deixando o essencial: o sentimento de pertencimento, a consciência de que cada linha dessas é um fragmento de uma cidade viva, pulsante, humana. Novembro termina como começou: cheio de lembranças e promessas, à beira do rio que viu partir as monções e chegar o futuro. Carlos Carvalho Cavalheiro é professor, mestre em educação, escritor, pesquisador e colaborador da TRIBUNA

Oftalmologia Bistafa

Dr. Bruno Bistafa

Oftalmologista

CRM 57.334

Consultas • Lentes de Contato

Cirurgia Refrativa • Cirurgia de Catarata

Convênios (Bradesco, Unimed e Intermédica) e Particulares

Horário de Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8h30 às 18h

Rua André Rocha 59 | Fones 15 3262.2001 | 99770.1002

IMOBILIÁRIA

BANDIMÓVEIS

Especialista no setor imobiliário há mais de 40 anos.

CRECI: 18.369-J

band. imóveis

VENDA

LOCAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS

INFORMAÇÕES

(15) 3262-8300

Visite nosso Website

www.bandimoveis.com.br

RUA JOSÉ BONIFÁCIO Nº05 CENTRO PORTO FELIZ

DROGARIA

SEGATTO

De segunda a sábado até as 22 horas

Aos domingos das 18 às 22 horas

Disque 3261.3850

Entrega 3261.5468

Rua Cardoso Pimentel, 7/A • Centro

DAFNNY MILANE

ADVOGADA | OAB/SP 433103

15 3261 4096 | 15 99605 2332

milaneada@gmail.com

DRG S

CORRETORA

SEGUROS

Pça Lauro Maurino, 22 | 3262-3700

MURILO JOSÉ

ADVOGADO

OAB/SP nº 421.618

CÍVEL

PREVIDENCIÁRIO

TRIBUTÁRIO

EMPRESARIAL

15 99774-6775

murilo.j@outlook.com

Rua José Fernandes, nº 103, Jardim Morumbi - Porto Feliz/SP

O ERVANÁRIO

FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO

DE FÓRMULAS

RUA ALTINO ARANTES, 38

FONE: 3262-1245

W&G

WILSON & GUADAGNINI

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

João Carlos Wilson

OAB/SP 94.859

Clóvis Juliano

Guadagnini Júnior

OAB/SP 311.365

Paulo Henrique Wilson

OAB/SP 339.137

Tel. (15) 3261-1500

contato@wgpadvogados.com.br

Rua José Fernandes, 103 | Jardim Morumbi

É fácil falar com a TRIBUNA.

Entre em contato pelo nosso WhatsApp (15)

9.9888-18 14

Suspeito deixa a pacoteira de drogas à vista no seu carro

Se ao menos ele tivesse escondido os pacotes, mas nem isso. Os três estavam dentro do carro, bem à vista de quem desse uma boa olhada no interior do veículo.

E quem deu uma vasculhada com olhos de águia foi uma equipe da Guarda Civil Municipal. Ao constatar que eram três pacotes de cocaína, os GCMs foram atrás do dono do veículo. Ele não pensou em nada melhor para dizer do que apresentar-se como *usuário de drogas*.

Vila Angélica

A madrugada desta sexta-feira (14) já estava chegando ao fim quando a equipe da GCM, passando por uma rua de Vila Angélica, decidiu averiguar um Renault Logan cinza. Ele estava estacionado na rua Homero Ambrósio.

Ao iluminarem o in-

terior do automóvel, os guardas viram três pacotes transparentes. Estava na cara que eram porções de drogas. Acontece que os GCMs conheciam o dono do carro, P. H. A. S., um pedreiro de 19 anos.

Uso próprio

Eles foram até a casa do jovem. Ele abriu o carro e entregou os pacotes aos guardas, que contaram 58 porções de cocaína (84 gramas). O pedreiro disse ser *usuário* e afirmou que aquela cocaína toda era para seu próprio consumo.

O delegado de Polícia Civil responsável pelo plantão, Victor Daros Falcão, achou a explicação inverossímil. Para ele, “a forma como foi encontrada e a grande quantidade de drogas” indicam a prática de tráfico. O delegado determinou que P. fosse autuado em flagrante.

Briga de vizinhos tem pedrada, Pit Bull e ‘arminha’

Até que o caso seja melhor esclarecido, ele foi registrado como *homicídio tentado* — e outras coisas mais, como os crimes de *danos*, *ameaça* e *perseguir*. A história envolve dois homens; a vítima tem 45 anos e seu problema é o vizinho.

Segundo a vítima, o vizinho já vinha com ameaças, mas no último dia 5 avisou que iria matar o desafeto. E como prova de suas intenções, atijou seu Pit Bull sobre a vítima.

O agredido gravou a cena em vídeo e mandou-o à Delegacia de Polícia Civil. Como o cão falhou em sua missão, o vizinho decidiu fazer o serviço ele mesmo e partiu para cima com uma marreta numa mão e uma enxada na outra. A vítima foi mais rápida e conseguiu fugir correndo.

Na terça-feira 11 a história ganhou um novo capítulo. Ao passar em frente ao estabelecimen-

to comercial da vítima, o vizinho atirou uma pedrada. Ele pretendia atingir a cabeça do desafeto, que abaixou-se a tempo e escapou do calhau.

A vítima tem um vídeo da pedrada e também da *lixeirada*. É que o vizinho também quis ferir a vítima com uma lixeira. Insatisfeito com suas investidas infrutíferas, o homem decidiu descarregar a raiva no carro do desafeto, chutando a lataria. A vítima não informou à polícia o estado de saúde do veículo.

Além dos vídeos das tentativas de agressão e ameaças (o vizinho desfila diante da vítima fazendo gesto de arma com os dedos), a vítima disse à Polícia Civil que tem numerosas testemunhas.

O relato acima baseia-se na versão dada à polícia. Agora é aguardar o que diz o vizinho. E ver se ele conta o motivo que deu origem à rusga entre os dois.

MOTO ■ Na noite do último sábado (8), a GCM abordou um ajudante de pedreiro que circulava numa moto com todas as luzes apagadas. A abordagem ocorreu por volta das 20h10 na Rua Doutor Célio Prado (Jardim São Marcos). Ao examinar a Honda, os guardas descobriram que a numeração do chassi tinha sido apagada. A placa não era daquela moto, mas de outra de fabricação mais recente. O ajudante de 24 anos disse ter comprado a moto por R\$ 1.500 na Feira

da Barganha de Sorocaba. O vendedor disse que era uma moto de leilão. O delegado de Polícia Civil responsável pelo plantão no sábado, Wesley Franklin de Paula, determinou que o ajudante de pedreiro fosse autuado em flagrante pelo crime de ‘adulteração de sinal identificador de veículo automotor’.

ARMA ■ Na noite de domingo (9) teve confusão em frente a uma casa no Jardim Vante e a GCM despachou equipes para

lá. A denúncia é de que dois homens estavam

ameaçando o morador, e um deles tinha um revólver. Os GCMs deram ordem para que a dupla parasse; um homem obedeceu e o outro correu. Durante a fuga, ele atirou a arma sobre o telhado de uma casa e, ao ser alcançado, tentou atingir os guardas com socos. Um GCM teve de pedir licença aos moradores para subir ao telhado e buscar o revólver calibre 22 em bom estado. O autônomo de 25 anos foi autuado em flagrante

pela Polícia Civil por porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e resistência. O outro homem — o que obedeceu a ordem de parar — é um servente de 22 anos. Ele disse que o autuado é seu primo, que o convidou a ir até a casa da vítima para “conversar” com ela. Não tinha conhecimento de que o primo estava armado, garantiu o servente em seu depoimento. O delegado de Polícia Civil Sergio Augusto Slomski De Lucca entendeu que não era o caso de arbitrar

fiança e o autônomo teve de aguardar a audiência de custódia para poder responder ao processo em liberdade. O motivo da briga dele com o morador não foi esclarecido, e a vítima disse que não pretende processar o autônomo.

GOLPE ■ Toda semana pelo menos uma pessoa cai no golpe da Pechincha do Facebook. O pintor de 43 anos viu no Face o anúncio de um Ford Fiesta por R\$ 8.500 e negociou pelo WhatsApp. O carro era do

irmão do homem que fez o anúncio. Ele anunciou porque seria o responsável pela venda. O pintor regateou e o preço baixou para R\$ 7.500 à vista. Depois, foi até o local onde estava o Fiesta, examinou-o e gostou do veículo. Ele fez um Pix para transferir o dinheiro e, claro, a quantia caiu na conta do golpista, que a sacou rapidamente. O preço real do Fiesta era muito maior. O pintor caiu num golpe que, apesar de velho, continua fazendo novas vítimas.

Empresário trazia adolescentes para Porto Feliz para estuprá-las

Sem lembrar o que tinha ocorrido, vítima foi deixada em Cerquilha; em 48 horas a Polícia Civil da cidade vizinha esclareceu o crime e prendeu o suspeito de 61 anos

Polícia Civil | divulgação



O LOCAL DO CRIME. Uma chácara em condomínio privado em Porto Feliz

também vários brinquedos sexuais. No carro usado pelo empresário havia várias caixas de tadalafila, um medicamento usado para tratar a disfunção erétil. Os policiais apreenderam o celular do autor, computador e mídias digitais.

Réu confesso

O Núcleo de Peritos de Sorocaba mandou a Porto Feliz uma equipe para documentar o local. Os itens com material biológico foram apreendidos e levados para perícia. Os aparelhos eletrônicos também serão vasculhados.

O empresário de 61 anos foi preso em Sorocaba e admitiu o crime. Em depoimento, ele confessou ter mantido relações sexuais com a vítima, mas disse que não sabia que ela era menor de idade. As provas e os depoimentos colhidos pelo delegado Emerson e equipe contam outra história.



PERÍCIA. Técnicos encontraram brinquedos sexuais (à esq.) e sangue nos colchões

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55 .141.725/0001-91

Balanco Patrimonial				
31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de reais)				
A T I V O	Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa			1445	364
	Caixa geral	4	4	4
	Bancos c/ movimento - recursos sem restrição	4	80	1
	Bancos c/ movimento - recursos com restrição	4	-	6
	Aplicações financeiras - recursos sem restrição	4	74	-
	Aplicações financeiras - recursos com restrição	4	1.287	353
Outros créditos			18.157	2.873
	Adiantamentos a funcionários	5	-	3
	Estoque de medicamentos e insumos	6	842	2.619
	Depósitos judiciais	5	318	25
	Clientes e convênios a receber	5	552	226
	Subvenções a receber	5	16.445	-
TOTAL DO CIRCULANTE			19.602	3.237
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo			1.930	1.933
	Ação judicial a receber	7	1.889	1.889
	Investimentos	8	41	44
Imobilizado			7.936	7.550
	Terrenos sem restrição	9	1.269	1.269
	Edificações sem restrição	9	2.692	2.692
	Bens hospitalares e não hospitalares sem restrição	9	7.970	7.584
	(-) Depreciações acumuladas	9	(3.995)	(3.995)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE			9.866	9.483
TOTAL DO ATIVO			29.468	12.720

Balanco Patrimonial				
31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de reais)				
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
CIRCULANTE				
	Fornecedores	10	2.569	2.216
	Obrigações com pessoal	11	3.358	3.001
	Férias e encargos sociais a pagar	11	3.581	6.204
	Obrigações Tributárias	12	194	357
	Subvenções a realizar	5	16.445	-
TOTAL DO CIRCULANTE			26.147	11.778
NÃO CIRCULANTE				
	Provisão para contingências	15	4.584	4.661
	Empréstimos nacionais	13	1.364	2.131
	Parcelamentos de tributos e contribuições	14	144	1.236
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE			6.092	8.028
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Patrimônio social	16	562	562
	Ajustes de avaliação patrimonial	16	3.011	3.011
	(-) Amortização da avaliação patrimonial	16	(13)	(13)
	Resultados acumulados	16	(10.760)	(10.760)
	Resultado de 31.12.2023	16	114	114
	Resultado de 31.12.2024	16	4.315	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			(2.771)	(7.086)"
TOTAL DO PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO			29.468	12.720

Demonstração do Resultado do Exercício				
31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de reais)				
Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023	
RECEITA OPERACIONAL				
Repasse - Contratualização SUS	18	70.013	49.103	
Repasse - Rede Assistencial Básica	18	10.953	10.711	
Contrato - Prefeitura	18	394	482	
Convênios e Particulares	17	6.099	7.647	
Fundo Municipal de Saúde	18	2.372	1.055	
Doações e Subvenções	18	23	77	
Isenção INSS cota patronal	18	6.050	5.017	
		95.904	74.092	
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Custos - Contratualização SUS	19	(32981)	(48.509)	
Custos - Rede Assistencial Básica	19	(6.716)	(11.210)	
Custos - Convênios e particulares	19	(2308)	(5.966)	
Custos e Despesas Hospitalares	19	(27.359)	(-)	
Custos com Pessoal não Assistencial	20	(11.907)	(-)	
		(81.271)	(65.685)	
RESULTADO BRUTO			14.633	8.407
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	20	(4.103)	(3.240)	
Despesas financeiras	21	(242)	(233)	
Receitas financeiras	21	32	146	
Receitas de aluguéis	21	45	51	
Isenções INSS cota patronal	18/22	(6.050)	(5.017)	
		(10.318)	(8.293)	
RESULTADO SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO			4.315	114

Demonstração do Resultado Abrangente				
31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de reais)				
Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023	
Superávit / Déficit do exercício		4.315	114	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Resultado abrangente do exercício		4.315	114	

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social				
31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de reais)				
Descrição	Patrimônio Social	Reservas Reavaliação	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	562	2.998	(19.723)	(16.163)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	8.861	8.861
Superávit líquido do período	-	-	374	374
Saldos em 31 de dezembro de 2022	562	2.998	(10.488)	(6.928)
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	(272)	(272)
Superávit líquido do exercício	-	-	114	114
Saldos em 31 de dezembro de 2023	562	2.998	(10.646)	(7.086)
Superávit líquido do exercício	-	-	4.315	4.315
Saldos em 31 de dezembro de 2024	562	2.998	6.331	(2.771)

Demonstração do Fluxo de Caixa em		
31 de dezembro de 2024 e 2023		
(Em milhares de reais)		
1- Das atividades operacionais:	31/dez/2024	31/dez/2023
A - Provenientes das operações		
Superávit/Déficit do exercício	4.315	114
Depreciações e amortizações	-	375
Ajustes de exercícios anteriores		(272)
	4.315	217
B - Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:		
Estoques	1.777	(1.039)
Valores a receber	(16.771)	7
Adiantamentos a funcionários	3	(3)
Depósitos judiciais	(293)	-
Fornecedores	353	1.444
Obrigações trabalhistas	(2.266)	914
Obrigações fiscais	(1.255)	(679)
Provisões de contingências	(77)	127
Subvenções a realizar	16.445	-
(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos	(2.084)	771
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.231	988
2- Das atividades de investimentos		
Pela baixa em investimentos	3	12
Pela aquisição de equipamentos	(386)	(2.085)
(=) Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(383)	(2.073)
3- Das atividades de financiamentos		
Empréstimos de longo prazo	(767)	1.225
(=) Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(767)	1.225
4-Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.081	140
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no inicio do período	364	224
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.445	364
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, fundada em 31 de março de 1907, considerada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 68.716 de 07 de junho de 1971; de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.598 de 11 de janeiro de 1965, e de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 1.715 de 03 de maio de 1968 uma sociedade civil de natureza e finalidade filantrópica de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, sito à Rua Olavo Assumpção Fleury nº 101, e que tem por objeto: (a) praticar e desenvolver obras de misericórdia, (b) administrar, manter em funcionamento e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz; (c) Administrar, manter e desenvolver outros estabelecimentos médico-hospitalares ou para hospitalares, mediante convênio ou contrato ou que venha a criar, adquirir ou receber doações ou comodato e que se destinem à prestação de assistência médico-hospitalar a enfermos e acidentados.

Com mais de um século de existência, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz ocupa um grande quarteirão numa área total de 8.847 metros quadrados, sendo 2.965 metros quadrados de área construída. Possui 93 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Porto Feliz e outros municípios, predominantemente através do SUS.

A UTI, de 10 leitos, é referência local, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade. O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 100 cirurgias/mês.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias em presas e, em especial, a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 31 de outubro de 2025.

“A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

“As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

2.3 Moeda de apresentação funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relaciona das a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 5 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de bens e títulos a receber;

Nota explicativa nº 9 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 15 - Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos

3 Resumo das principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Além disso, a Entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (a lterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis materiais, em vez de significativas/principais. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 em determinados casos.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55 .141.725/0001-91

continuação da página 4

3.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros com o instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Débitos de operações de assistência à saúde; ii) Empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos

3.2 Caixa e equivalentes de caixa - disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são o registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classifica das na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.3 Créditos a receber

Os créditos de operações de assistência à saúde, são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo a mortizado com o uso do método da taxa d e juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe um a evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Os saldos são substancialmente relativos a serviços prestados para convênios e para o SUS

3.4 Estoque

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio ponderado. O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.5 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, som ente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

Descrição	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.6 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de a apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por impairment entre essa diferença.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo a mortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resulta do no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.8 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável

3.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são a penas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são a penas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos.

Custos de em préstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos

3.1 2 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está a apresentada pelo método indireto.

4 Disponível

Modalidade	31 .dez.2024	31.dez.2023
Caixa tesouraria	4	4
Bancos conta movimento	80	7
Aplicações financeiras (i)	1.361	353
	1.445	364

(i) Composto substancialmente por aplicações financeiras em poupança e em fundos de investimentos dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso e que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados em poupança são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança e o fundo de investimento remunerados com referência a o CDI.

5 Créditos a receber

Com posto por:

Descrição	31 .dez.2024	31.dez.2023
Depósitos / Bloqueios judiciais (i)	318	25
Adiantamentos a funcionários (ii)	-	3
Créditos a receber de convênios (iii)	552	226
Subvenções a receber	16.445	-
	17.315	254

(i) Bloqueios judiciais em contas corrente por conta de ações judiciais.

(ii) Adiantamentos a funcionários para posterior desconto em folha de paga mento.

(iii) Contas a receber referente aos contratos de convênios firma dos para atendimento. Não há provisão constituída para perdas na realização desses créditos a receber em 31.12.2024;

(iv) Subvenções a receber no exercício seguinte, ref. ao termo aditivo 01/2022.

6 Estoques

Os estoques referem-se a medicamentos, materiais hospitalares e outros produtos utiliza dos pela Entidade, e estão avaliados pelo custo médio. Não há perdas estimadas.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Medicamentos	208	501
Materiais hospitalares	551	1.127
Outros insumos e materiais	83	991
	842	2.619

7 Outros créditos a receber de longo prazo

Representam valores provenientes de direitos a receber, sobre o processo judicial nº 1002013-41.2016.8.26.0471, finalizado.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Ação judicial de cobrança a receber	1.889	1.889
	1.889	1.889

8 Investimentos

Representados por:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Título de capitação	-	14
Cotas de capital - Sicoob	40	40
Cotas de capital - Sicredi	1	1
	41	55

9 Imobilizado sem restrição

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas:

Movimentação do Imobilizado					
Descrição	2023	2024			
	Imobilizado Líquido	Aquisição	Alienação	Depreciação	Imobilizado Líquido
Edificações	1.923	-	-	-	1.923
Terrenos	1.269	-	-	-	1.269
Instalações	125	-	-	-	125
Equipamentos médicos/hospitalares	3.505	254	-	-	3.759
Equipamentos de informática	356	132	-	-	488
Equipamentos de segurança	2	-	-	-	2
Móveis e máquinas	290	-	-	-	290
Outras imobilizações	80	-	-	-	80
Total	7.550	386	-	-	7.936

“A Administração da Entidade revisou a vida útil -econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e através de Laudo de Avaliação emitido em julho/2019, levou a efeito a sua reavaliação (impairment), e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas.

No exercício de 2024 a entidade não registrou os encargos de depreciação sobre os bens ativados.

10 Fornecedores

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento contábil hábil respeitando o período de competência. A Entidade continua dificuldades, porém cumprindo integralmente com suas obrigações. Os serviços prestados por terceiros (pessoa física ou jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Fornecedores de materiais e insumos	1.066	1.238
Prestadores de serviços	1.503	978
	2.569	2.216

a-) Composição por idade de vencimentos:

Modalidade	31.dez.2024		31.dez.2023	
	Materiais	Serviços	Materiais	Serviços
Vencidos	31	98	39	-
A vencer em até 30 dias	489	986	598	687
A vencer de 31 a 60 dias	392	419	438	291
A vencer de 61 a 90 dias	123	-	149	-
A vencer de 91 á 120 dias	31	-	14	-
	1.066	1.503	1.238	978

11 Salários, encargos sociais e contribuições

Valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Salários a pagar	1,750	1,450
Pensão alimentícia a pagar	1	4
INSS a recolher	208	411
FGTS a recolher	306	722
Férias e encargos a pagar	3.846	6,204
Consignado a pagar	112	75
Convênios a pagar	362	-
	6.585	8.866

1 1 .1 - Calculo do Turnover:

“É um conceito frequentemente utilizado na área de Recursos Humanos para designar a rotatividade de pessoal, ou seja, as entradas e saídas de funcionários em um determinado período de tempo. Tem a função de determinar a porcentagem de substituição de funcionários e consequentemente analisar a capacidade da entidade em manter os seus colaboradores. Um alto percentual indica que será necessária avaliação das causas de incapacidade de retenção de pessoal.

Utilizamos a fórmula clássica para cálculo do turnover: [(nº de demissões + nº de admissões) / 2} / nº de funcionários no último dia do mês anterior, multiplicado por 100 para obter o percentual

11.2 Quadro Funcional da Irmandade

11.2 Quadro Funcional da Irmandade

Ano	Quantidade Inicial	Admissões	Demissões	Quantidade Final
2023	347	60	52	355
2024	355	144	72	427

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55 .141.725/0001-91

continuação da página 5

Resumo dos dois ultimos exercicios:

Quant. De Funcionários Ultimo dia do Ano			Alocações em Funções 2024				
Descrição			Assistencial	Administrativo	Apoio	Outros	Total
Exercícios	Nº Colaborador	Índice	93%	5%	2%	-	100%
2024	427	25%	396	23	8	-	427
2023	355	16%					

11.3 Quadro Funcional da Rede Básica

Ano	Quantidade Inicial	Admissões	Demissões	Quantidade Final
2023	143	57	46	154
2024	154	40	39	155

Resumo dos dois ultimos exercicios:

Quant. De Funcionários Ultimo dia do Ano			Alocações em Funções 2024				
Descrição			Assistencial	Administrativo	Apoio	Outros	Total
Exercícios	Nº Colaborador	Índice	98%	-	2%	-	100%
2024	155	25%	152	-	3	-	155
2023	154	33%					

12 Obrigações fiscais (impostos retidos)

Valores de obrigações tributárias referentes aos impostos federais, estaduais e municipais, estando assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
I RRF - código 1708	47	143
I RRF - código 0561	353	339
ISSQN retido	2	2
Pis/Cofins/Csl I retidos	146	212
	548	696

13 Empréstimos e financiamentos (longo prazo)

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicial mente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, são a presentados pelo custo a mortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata tem poris”).

Descrição	Taxa Juros % a.m.	Parcelas a Pagar	Liquido em 31.dez.2024	Liquido em 31.dez.2023
CEF – 25.4287.610.000003-65	1,19 a.m.	47	124	573
CEF – 25.4287.610.000005-67	1,26 a.m.	66	1.240	1.558
			1.364	2.131

a-) As garantias dos empréstimos tomados pela Entidade, junto a Caixa Econômica Federal, são os recebíveis do convênio SUS.

b) A Entidade não contratou nos exercícios findos e 31/12/2024 e 31/12/2023 financiamentos com cláusulas restritivas (“Covenants”).

14 Parcelamento de encargos federais (longo prazo)

Valores de obrigações referentes a parcelamentos feitos com a União, estando assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Parcela mento FGTS - (240 parcelas)	48	67
Parcelamento Não Previdenciário - 60 parcelas 404093	-	82
Parcelamento Previdenciário - 60 parcelas - 402124	32	187
Parcelamento Não Previdenciário - 60 parcelas - 404292	40	87
Parcelamento Não Previdenciário - 60 parcelas - 404485	83	320
Parcelamento Não Previdenciário - 60 parcelas - 640670091	-	166
Parcelamento Não Previdenciário - 60 parcelas - 404773	11	74
Parcelamento Previdenciário - 60 parcelas - 544399302	-	253
Parcela mento PG FN 009874022	(70)	-
	144	1.236

15 - Provisão para contingência civil e trabalhista

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz sobre os processos em andamento, algumas ações não procedem, portanto, existe a possibilidade de sentenças favoráveis ao hospital. Outras ações caso forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo. Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores estimados das contingências, dessa forma foram assim apresentados:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Processos cíveis	1.253	1.320
Processos trabalhistas	3.331	3.341
	4.584	4.661

16 - Patrimônio líquido

a-) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 o Patrimônio Social a presentava-se negativo no montante de (MR\$ 2.771), e em 31 de dezembro de 2023, negativo em (MR\$ 7.086).

b-) Reserva de reavaliação

Constituída em anos anteriores, representa da pela mais va lia do ativo imobilizado de uso da Entidade.

c-) Superávit apurado

O superávit apurado em 2024 é de MR\$ 4.315, e deve ser destina do ao patrimônio social a pós a provação dessas demonstrações contábeis em Assembleia Geral Ordinária.

17 Receitas de serviços hospitalares

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Receitas de serviços SUS (i)		179
Convênios e particulares (ii)	6.099	7.647
	6.099	7.826

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização

(ii) Atividades de saúde suplementar realizadas pelo hospital

18 Subvenções, doações e outras receitas

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Subvenção Municipal	72.271	51.271
Fundo Municipal de Saúde	2.372	1.055
Convênio - Recurso Federal	9.089	8.846
Doações	23	77
Inss - Isenção cota patronal	6.050	5.017
	89.805	66.266

19 Custos e despesas hospitalares

São os gastos provenientes de convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz, bem como dos gastos com os convênios particulares, para a operacionalização dos projetos e atividades pré-determinada.

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Custeio do pronto socorro	(19.207)	(25.401)
Custeio do contrato municipal	(24.367)	(21.849)
Custeio contratualização SUS	(13.774)	(12.200)
Custeio rede assistência básica	(6.716)	(-)
Custeio dos convênios particulares	(2,308)	(5,966)
Fundo Nacional de Saúde	(-)	(269)
Consumo - estoque	(2.992)	(-)
	(69,364)	(65,685)

20 Despesas operacionais

São gastos provenientes de despesas com pessoal não assistencial, publicidades, e despesas gerais efetivados na operacionalização da Entidade

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Despesas com pessoal	(11.907)	(9)
Propaganda e publicidade	(18)	(25)
Fretes e carretos	(30)	(-)
Seguros	(105)	(158)
Despesas postais	(4)	(6)
Energia elétrica	(35)	(-)
Internet	(25)	(-)
	(12.124)	(198)

21 Despesas Administrativas

São gastos provenientes de despesas com alugueis e imóveis e equipamentos, impostos e taxas e demais despesas administrativas efetivados na operacionalização da Entidade

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Despesas gerais e administrativas	(2,608)	(884)
Impostos e contribuições	(234)	(271)
Encargos de depreciação	(-)	(375)
Alugueis de imóveis	(41)	(57)
Alugueis de equipamentos	(774)	(1.008)
Monitoramento e segurança	(229)	(447)
Inss - cota patronal	(6,050)	(5,017)
	(9,936)	(8,059)

22 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro das movimentações dos instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, em empréstimos e financia mentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2024	31.dez.2023
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	29	134
Juros ativos/descontos obtidos	3	12
Aluguéis e arrendamentos	45	51
	77	197
Dispêndios financeiros	(27)	(190)
Juros passivos/descontos concedidos	(118)	(18)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(97)	(25)
Despesas bancárias	(242)	(233)
	(165)	(36)

23 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mes de Competência	Base de Calculo	Empregador 20%	Outros 7,8%	31.dez.2024 Total	31.dez.2023 Total
Janeiro	2.251	450	175	625	414
Fevereiro	2.144	429	167	596	391
Março	2.199	440	172	612	399
Abril	2.273	455	177	632	419
Maiο	2.346	469	183	652	429
Junho	2.560	512	200	712	411
Julho	2.516	503	197	700	418
Agosto	2.544	509	198	707	422
Setembro	2.575	515	201	716	416
Outubro	2.710	542	211	753	435
Novembro	2.682	536	209	745	442
Dezembro	2.620	524	204	728	421
13º Salários	2.122	425	166	591	-
	31.542	6.309	2.460	8.768	5.017

24 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que

prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não a presente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sócias, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda, e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtua mento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sim fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral 5 anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

25 Passivo a descoberto e plano de recuperação

As demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz continuam apresentando deficiência de capital de giro, sendo que os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11.345, e os valores transferidos para o Exigível a Longo Prazo, e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:

a-) Elaboração de um orçamento detalha do projetando fluxo de caixa para o período, permitindo uma visão clara da capacidade de paga mentos da entidade;

b-) Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade do hospital;

c-) Manutenção enxuta do quadro de funcionários (lean staffing) para otimizar a eficiência e minimizar o desperdício na a locação de pessoal, com o objetivo de ter um quadro de colaboradores ágil e flexível, que atenda à demanda de trabalho com máxima eficiência e o mínimo de excesso de capacidade.

d -) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em gera l;

a-) Pacientes / Dia	2024		2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de pacientes/dia SUS	4.420		2.901	
Número de pacientes/dia Não SUS	345		509	
Total de Pacientes/Dia	4.765	93%	3.410	85%
b-) Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	193.831		98.342	
Não SUS	58.822		26.121	
Total Atendimentos Ambulatoriais	252.653	77%	124.463	79%

27 Aspectos fiscais

Consideram -se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não a presente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtua mento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

O entendimento da Administração da Entidade é que suas rendas decorrem de suas operações próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de “operação própria” é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que possa afetar de maneira significativa a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos.

28 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamenta da pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no a rt. 142 da Portaria de Consolidação G M/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funciona mento do Sistema Único de Saúde; e o Parecer Técnico nº 562/2021- CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55 .141.725/0001-91

continuação da página 6

Processo nº 25000.108719/2021 -51, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 1.380, de 24 de janeiro de 2024 deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestaçã o anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CN PJ nº 55.141.725/0001-91, com sede em Porto Feliz (SP). A renovação em grau d e reconsideração, tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026

29 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, em préstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

30 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa - Constituída de 6 (seis) membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselh o Fiscal.

Conselho Fiscal - Órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestã o econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três a nos, e é com posto por 3 membros efetivos e outros 3 suplentes.

31 Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Entidade adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

32 Aspectos ambientais

A Entidade está sujeita a regulamentação da ANVISA, em especial a RDC 306, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientes com processos operacio- nais e contratação de serviços especializados para a destinação dos resíduos relacionados às atividades de assistência médico-hospitalar. A entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergi r se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderia m ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representa m efetiva mente o valor justo. A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instru- mentos financeiros derivativos nos exercícios de 2024 e 2023.

33.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas a provadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e prote- ge a Entidade contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira est belece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de merca do; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - afetarem os ganhos da Entidade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerencia mento de risco de mercado é gerencia r e controla r as exposições a riscos de merca do, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Entidade não utiliza derivativos para gerencia r riscos de mercado. Todas essas operações

são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Entidade não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxa de juros

A Entidade não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Entidade não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certi- ficado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Entidade não está exposta a riscos cam biai.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações com promissadas. O departamento fi- nanceiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O fatura mento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	31/dez/2024	31/dez/2023
Disponível	4	84	11
Aplicações financeiras	4	1.360	353
Convênios a receber	5	552	226
Outros valores a receber	5	-	3
		1.996	593

c Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causa r perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse depar- tamento monitora as previsões

contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as Entidades de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Entidade investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

33.3 Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer benefícios às partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade possui, aproximadamente, 5% (3% em 2023) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

34 Responsabilidade técnico-contábil

A Entidade optou pela terceirização dos seus serviços de escrituração e assessoria contábil. Tais atividades são realizadas pela empresa Luciano Fernandes Alves Contabilidade - M E, inscrita no CN PJ sob o nº 17.883.163/0001-62 e com registro regular no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob registro 2SP035601/0-5, sob a responsabilidade técnica do contador Luciano Fernandes Alves, inscrito sob registro 1SP235633/0-7, e com C.P.F. nº 274.192.258-69.

A gestão e a responsabilidade final pelas informações financeiras e a aderência às Normas Brasileiras de Contabilida de (N BCs) permanecem sob a alçada da administração da Entidade.

35 Eventos subsequentes

1. A Entidade no curso do exercício de 2025, contratou a empresa Azevedo Aval ações Empresariais Ltda, para a realização de trabalho de avaliação a valor justo, bem com o a revisão da vida útil de seus bens. Esse laudo foi concluso pela contrata da em 25 de setembro de 2025;

2. Em 23 de outubro de 2025, a Entidade recebeu despacho decisório da Justi- ça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com decisão pela ho- mologação de 9 (nove) acordos, lista dos na Ação Trabalhista - Rito Ordinário nº 0081900-63.1996.5.15.0111, que montam aproximadamente MR\$ 4.150, firma- do pela Dra. Diovana Bethania Ortolan Inocencio Fabreti - Juiza do Trabalho Titular

Diretoria

Mauricio Estimo Michelin]
Diretor Presidente

Luciano Fernandes Alves
Contador - CRC1SP235633/0-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ
Porto Feliz - SP

1. Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeisw da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓR- DIA DE PORTO FELIZ (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo da principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IR- MANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a se- guir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas ‘profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

2. Base para opnião com ressalva

2.1 Limitação ao escopo de auditoria – “Disponibilidades”

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 as demonstrações contábeis, as disponibi- lidades apresentam saldo de MR\$ 1.445, todavia os extratos apresentados, apontam saldos no montante de R\$ 541. A diferença apurada de MR\$ 904 se deu pela não contabilização dos valores pagos em contra-partida da rubrica fornecedores, pagamentos estes atrelados aos re- cursos do Termo de Fomento 011/2024 recebido em 05.07.2024. Consequentemente, a rubrica das disponibilidades (MR\$ 1.445) e a rubrica de fornecedores(MR\$ 2.569) se apresentaram registrando a diferença verificada.

2.2 Limitação ao escopo de auditoria – “Imobilizado líquido”

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2024, o montante de MR\$ 7.936 (MR\$ 7.550 em 2023), registrado na Rubrica “Imobilizado Líquido”, todavia não foram contabilizados os encargos de depreciação conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC27. Consequentemente, não nos foi possível obtermos evidencia de auditoria apropriada e suficiente, tanto em relação aos saldos do ativo imobilizado, depreciação acumulada para o exercício findo naquela data.

2.3 Limitação ao escopo de auditoria – “Cota patronal INSS”

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, os valores referente a Cota Patronal, conforme requerido pelo artigo 195 da Constituição Federal e em atendimento a Lei Comple- mentar 187 de 16 de dezembro de 2021, e a ITG2 002 os valores registrados pela contabilidade montaram MR 6.050, no entanto, o relatório apresentado pelo setor de recursos humanos, somou MR\$ 8.768.

3. Ênfase

3.1 Desequilíbrio economico e financeiro

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou superávit líquido de MR\$ 3.415 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e naquela data o Passivo Circulante excedia seu Ativo Circulante em MR\$ 6.545 (MR\$ 8.541 em 2023) e, seu Passivo total excedia o Ativo total em MR\$ 2.771 (MR\$ 7.086 em 2023), que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo. Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades.

4. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercicio findo em 31 de dezembro de 2023, apresentada para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório, datado de 22 de abril de 2024 continha parágrafo de ênfase sobre o Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo de MR\$ 7.086. Nossa opinião não foi ressalvada em relação a esse assunto.

5. Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeos, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela su- pervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, toma- das em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções rele- vantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar- mos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continui- dade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capa- cidade de continuidade operacional da Entidade .Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

EMPRETEC

A experiência que desperta seu potencial empreendedor

 Dia 8 à 13 de Dezembro





EVENTO GRATUITO
ESTEJA NO LOCAL E PARTICIPE



PALESTRA DE APRESENTAÇÃO

13 e 26 Nov.
às 19h

Local:
Rua Arcílio Borges,
162 - Centro



Inscrições Abertas

Vagas Gratuitas e Limitadas





LIDERANÇA DE GESTÃO



AUX. DE LINHA DE PRODUÇÃO



PROGRAMAÇÃO, PREPARAÇÃO E
OPERAÇÃO DE CENTRO DE USINAGEM CNC

INSCRIÇÕES NO CEMIP/SENAI

DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

- RG
- CPF

- COMPROVANTE DE ENDEREÇO
- HISTÓRICO ESCOLAR



PREFEITURA DE
Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!



DJ PV • PEDRAS VIVAS • ANDRÉ & FELIPE

DJ PV

PEDRAS VIVAS

ANDRÉ & FELIPE

Adora

POR O

2025

SÁBADO • 15 NOVEMBRO • A PARTIR DAS 17H

AV. CAPITÃO JOAQUIM FLORIANO DE TOLEDO, 633 (AVENIDA SHOPPING)

Realização:

Apoio:

PREFEITURA DE
Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!

FUNDO SOCIAL
DE SOLIDARIEDADE
DE PORTO FELIZ

ABC

Está chegando a hora!

SARESP

2025

2º e 5º anos

18 de Novembro

TODAS AS ESCOLAS
DA REDE MUNICIPAL

▲ PRESENÇA OBRIGATÓRIA DOS ALUNOS

PREFEITURA DE
Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!

Secretaria
de Educação

Câmara

Cinco personalidades são homenageadas

Vereadores escolheram pessoas que causam impacto positivo em suas áreas



Juara é homenageada por suas ações sociais



A Igreja Quadrangular completa 66 anos



Destaque nas artes: Maestro Paulinho



Wesley: formando atletas e cidadãos

Assessão de Câmara desta segunda-feira (10) contou com a aprovação de cinco Moções de Aplausos. As homenagens reconheceram a longevidade, o trabalho social, artístico e esportivo de instituições, empresários e cidadãos que impactam a comunidade porto-felicense.

66 Anos

A sessão foi aberta com a moção de autoria da vereadora Pastora Roselene dos Santos (Podemos), em homenagem aos 66 anos de atuação da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ). Pastora Roselene destacou a contribuição da IEQ no "fortalecimento das famílias e no desenvolvimento de ações sociais que alcançam crianças, jovens, adultos e idosos". Vereador Teko Gutierre (MDB) reforçou o papel espiritual da igreja na comunidade: "trazendo os bons costumes trazendo a luz para famílias que estão sem luz". Já o vereador Paulo Be-

nedetti (Republicanos) expressou a admiração pela consistência do trabalho: "falar de Deus é fácil, qual-quer um fala, falar é fácil agora você seguir, você colocar isso na sua vida e você levar nas vidas de outras pessoas ao seu redor isso é difícil e o que vocês fazem é isso esse trabalho maravilhoso".

Bodas de Ouro

Em seguida, foi aplaudido o Instituto de Beleza Lisboa, conhecido como Salão Lisboa, por seus 50 anos de fundação. Vereador Dr. Luís Diniz (PSD), proponente da moção, celebrou a fundadora, Maria de Lourdes Lisboa Sampaio, destacando que o salão foi "um instrumento de dignidade para Maria Lisboa". Vereador Teko fez um reconhecimento à longevidade do negócio: "50 anos estando com o salão aberto não é fácil", enquanto o vereador Adilson Casagrande resumiu o sucesso da empresa: "quando faz com amor eu não tenho dúvida que toca nos corações das pessoas".

Reconhecimento

Paulo Henrique Coelho de Oliveira (Maestro Paulinho) foi o centro da moção proposta pelo vereador Adilson Casagrande (União Brasil). Casagrande classificou o maestro como "um ícone em nossa cidade conhecido como maestro Paulinho" e "uma referência aqui nossa cidade". Vereador Dr. Luís Diniz expressou o orgulho pela trajetória de Paulinho, que foi um dos primeiros alunos da Escola Municipal de Música e hoje a coordena: "você foi um dos primeiros alunos, hoje você coordena a nossa escola de música e isso deve ser uma satisfação pessoal muito grande". Vereador Teko destacou a importância de seu trabalho em formar novas gerações: "o senhor tem um trabalho maravilhoso aqui na cidade tanto se apresentando e ensinando as pessoas que estão vindo quanto os jovens que estão começando".

Solidariedade

A empresária e filan-

tropa Juara de Camargo Morale foi homenageada com moção proposta pelo vereador Marcelo Tuani (PP). A moção celebra o seu "exemplar espírito de solidariedade" e o inestimável trabalho social em favor das crianças, que inclui presentear centenas delas anualmente com uma festa. Vereador Tuani afirmou que Juara "transforma sua gratidão em ação social" e que "o verdadeiro sucesso é aquele que se divide". O reconhecimento ganhou um toque bem-humorado quando o vereador Adilson Casagrande pediu: "Experimenta o salgadinho... tem meu sim também viu parabéns aí". Vereador Teko reforçou o impacto social: "pessoas que não tem condição de fazer uma festa para os seus filhos e você abre as portas aquele dia fazendo essa festa muito bonita que fica marcado na vida dessa criança".

Esporte

Wesley Belce dos Anjos foi homenageado com mo-

ção proposta pelo vereador Paulo Benedetti (Republicanos), por sua dedicação à formação esportiva de crianças e jovens. Vereador Benedetti ressaltou o impacto do trabalho de Wesley na luta contra o sedentarismo e o uso excessivo de eletrônicos: "o celular está acabando com a criançada e ele com o trabalho do esporte está invertendo isso e conseguindo trazer as crianças de volta ao mundo". Vereador Teko apoiou a prática como saúde: "o esporte é saúde, as crianças correm, respiram melhor e dormem melhor". Vereador Adilson Casagrande, por sua vez, comparou o trabalho de Wesley à lapidação de talentos: "é maravilhoso o trabalho que quando você está alinhando direcionando essas crianças e forma jogadores que você está lapidando".



Salão Lisboa está completando meio século

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

continuação da página 7

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 10 de novembro de 2025.
ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0

Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora-CRC1SP297849/O-9
Registro no CNAI nº 6.224 de 18/11/2019

Antonio Carlos Rubinato Luana Aparecida Gregorio Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5 Contadora – CRC1SP257586/O-1
Registro IBRACON nº 5.092 de 23/08/2016 CPF nº 322.689.598-21



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - Da instituição

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, conta atualmente com 93 leitos ativos, através dos quais presta relevantes serviços de assistência a população do município e região. Ressalte-se que é o único hospital do município, gozando de grande conceito junto a sociedade em função da qualidade dos serviços prestados.

No ano de 2024, destinou a maior parte de sua capacidade operativa, cerca de 93% aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

O hospital realizou 318.264 atendimentos (pacientes/dia), sendo 257.418 destinados ao SUS, o que demonstra a superação do que foi pactuado no contrato com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

Atendimentos	2024	2023	Varição
Internação	4.765	3.410	37,77%
Pronto Socorro	252.653	124.463	32,15%
Convenios/Particular	58.822	26.630	6,91%
Total	318.264	154.503	27,09%

As verbas repassadas pelo SUS e pelos repasses da Subvenção Municipal no exercício de 2024 tiveram um aumento substancial em relação ao exercício anterior, e que totalizaram aproximadamente R\$ 84.000, foram suficientes para cobrir os custos hospitalares no valor aproximado de R\$ 81.000, sem levar em conta os custos administrativos e financeiros da ordem de R\$ 4.260. Também importante registrar, que houve aumento do número de funcionários ativos em 2024 na entidade, indo de 355 (em 2023) para 427 (em 2024), e na rede básica foi de 154 (em 2023) para 155 (em 2024), tendo em vista a demanda de serviços ter aumentado como decorrência natural e direta do crescimento populacional, além da migração dos Planos de Saúde particulares para o SUS, fenômeno cuja origem pode ser atribuída à crise econômica, política e social que o país sofre já há algum tempo.

Os pontos cruciais da administração, folha de pagamento e aquisição de materiais, medicamentos e serviços estiveram, sob a ótica econômica e orçamentária, controlados, eliminando a hipótese de serem os sabotadores por resultado melhor. No exercício de 2024, tivemos uma redução em nossas dívidas de longo prazo. Tivemos redução entre amortização e juros de valor aproximado de R\$ 760/ano, sobre empréstimos junto a C.E.F. A entidade ainda teve redução considerável sobre os parcelamentos de obrigações fiscais e tributárias de longo prazo, cuja amortização anual foi de R\$ 1.100..

2 – Cenário de 2024

O resultado do ano esteve além de nossas expectativas, mas ainda assim é visto como razoável ante todas as dificuldades inerentes à Saúde, principalmente comparado ao quadro geral do país. O desempenho daquilo que dependeu da administração, esteve rigorosamente sob controle, ou seja, deu-se continuidade aos seguintes pontos, em consonância ao estabelecido como estratégia de recuperação. A redução do estoque estratégico de materiais e medicamentos; o alongamento dos prazos de pagamentos; renegociação de valores e serviços com as operadoras de serviço de saúde (convênios); e acordos com a Justiça do Trabalho sobre ações que se arrastavam a anos.

Não obstante à todas as dificuldades econômicas, sociais e políticas a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem mantendo serviços de excelência a população da cidade em todos os seus setores de operação.

A ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Rua Olavo de A. Fleury, 104 – Centro – Porto Feliz/SP – 18540-000
Fone:(15) 3261.8800 – www.santacasaportofeliz.org.br

Em cumprimento da Lei e do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, no exercício de suas atribuições, examinou as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), como segue:

- O Conselho Fiscal apreciou, também, o Relatório dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada;
- Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Irmandade em 31 de dezembro de 2024 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

3. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que: Seja aprovado o Relatório dos Auditores Independentes bem como as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).
Porto Feliz (SP), 13 de novembro de 2025.

Nome: Jaqueline Interlick
Cargo: Conselheira Fiscal

Nome: Carlos Eduardo Cavalcante
Cargo: Conselheiro Fiscal

Nome: Matheus Brieza de Oliveira Ravelli
Cargo: Conselheiro Fiscal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025, às 19:00 hs em primeira convocação e às 19:30 hs em segunda e última convocação.

A Diretoria, legalmente constituída, da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ, através de seu Presidente, convoca exclusivamente os Irmãos contribuintes e beneméritos, a comparecerem em sua sede, sito na Rua Olavo de Assumpção Fleury, 101, em Porto Feliz-SP, para tratarem da seguinte ORDEM DO DIA:

- Apresentação e análise do Relatório de Atividades, Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis e Financeiros atinentes ao exercício de 2024, devidamente auditados, inclusive Parecer do Conselho Fiscal, e manifestação da Assembleia sobre os mesmos;
- Outros assuntos de interesse geral da Irmandade.

Porto Feliz, 14 de novembro de 2025.

MAURICIO ESTIMO MICHELIN
PRESIDENTE

Câmara

PortoPrev poderá fazer desconto em folha

Projeto aprovado visa dar ‘maior segurança jurídica’ a convênios da autarquia

Dois projetos foram para a pauta da Sessão de Câmara na segunda-feira (10). Em votação nominal, o Projeto de Lei nº 46/25 e o Projeto de Resolução nº 3/25 receberam 10 votos favoráveis e nenhum contrário. A Ordem do Dia transcorreu rapidamente após o encerramento do Expediente, com o vereador Paulo Benedetti (Republicanos) solicitando, com base no regimento interno, a dispensa da leitura dos pareceres de ambos os projetos.

Portoprev

O Projeto de Lei nº 46 de 2025, de autoria do Executivo, versa sobre a alteração da Lei

nº 3.061/1990. O objetivo da proposta é autorizar o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais (Portoprev) a efetuar descontos em folha de pagamento. Essa autorização se aplica a descontos resultantes de convênios firmados com sindicatos e associações legalmente constituídas e representativas dos servidores públicos. Segundo a justificativa encaminhada pelo Prefeito Célio Peixoto dos Santos (Republicanos), a proposta trará "maior segurança jurídica na gestão das consignações, tornando-a mais eficiente para a Administração e mais segura aos servidores".

Cidadania

O segundo item votado



UNANIMIDADE. Os dois projetos discutidos na sessão desta semana foram aprovados

foi o Projeto de Resolução nº 3/25, que altera o regimento interno da Câmara. A resolução altera a alínea "C" do inciso 5º do §1º do Artigo 183, modificando as regras para concessão do Título de Cidadania. O objetivo da mudança é "ampliar o número de concessões de Títulos de Cidadania de uma para três por vereador em cada sessão legislativa". A justificativa para a mudança é que o limite anterior de uma concessão por vereador por sessão se mostrava "insuficiente diante da quantidade de cidadãos que, a cada ano, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento econômico, social, educacional, cultural e comunitário do município". A concessão do Título de Cidadão é considerada uma das mais relevantes homenagens que a Casa Legislativa pode conceder.

Tema livre

Três vereadores utilizaram do tema livre. Vereador Adilson Casagrande (União Brasil) focou intensamente em questões de saúde pública, infraestrutura e segurança viária, além de reforçar a importância das campanhas preventivas. O vereador iniciou sua fala reforçando a campanha Novembro Azul, destacando dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) para conscientizar a população masculina. Ele mencionou que "o câncer de próstata é o segundo mais comum em homens no Brasil ficando atrás apenas do câncer de pele". Além disso, alertou que o risco da doença é maior em homens com mais de 55 anos, sendo que "nove em cada 10 homens diagnosticados com a doença no Brasil têm mais de 55 anos". Ele pediu aos municípios que procurem orientações nos postos de saúde.

Em uma pauta de saúde específica, o vereador solicitou estudos para a implantação de tratamentos complementares no município, atendendo a uma mãe atípica. Casagrande defendeu a indicação para que sejam realizados estudos para "a implantação da ecoterapia na rede municipal de saúde para auxiliar no tratamento de crianças com transtorno de espectro autista". Ele reforçou a importância da prática, mencionando que "essa prática ajuda bastante esse público que necessita de atenção compreensão amor carinho e cuidados especiais".

Febre Maculosa

Em resposta à confirmação da morte de quatro pessoas por febre maculosa na região, o vereador cobrou uma ação imediata do setor responsável. Ele solicitou estudos para "aplicação de inseticida em locais aonde existem capivaras cachoeiras e outros animais hospedeiros do carrapato estrela", enfatizando que a pulverização deve ocorrer com produtos que não sejam tóxicos à saúde animal e ao meio ambiente.

Adilson Casagrande também abordou a segurança viária na região central, citando o alto número de acidentes e atropelamentos. Ele solicitou a implantação de redutores de velocidade “fiz indicação para o setor responsável para que seja realizado estudo para implantação de lombofaixa ou redutor de velocidade na Avenida Getúlio Vargas com a continuação da Newton Prado aqui no centro porque está acontecendo muito atropelamento".

Periculosidade

Vereador Teko Gutierre (MDB), dedicou a maior parte de sua fala no período de tema livre para defender a Guarda Civil Municipal (GCM) de Porto Feliz, solicitando ao Poder Executivo que reavalie a perda do adicional de periculosidade da categoria. O vereador também prestou homenagens emocionadas a ex-membros do Legislativo.

Teko destacou que os GCMs perderam o prêmio de periculosidade, o que resultou em uma redução de 30% no salário. Ele quantificou o impacto dessa perda, comparando com o salário-base "se o GCM ganhava R\$ 2.000 ele perdeu R\$ 600 se ele ganhava R\$ 3.000 ele perdeu R\$ 900 do salário dele".

O vereador contrastou a situação da GCM com a dos agentes de trânsito (os amarelinhos), que tiveram o projeto de periculosidade aprovado e já estão recebendo o prêmio. Ele questionou a disparidade "se foi aprovado para os agentes de trânsito por que não os nossos guardas municipais de Porto Feliz não podem ter também".

Pedindo que o prefeito Célio Peixoto e o jurídico municipal revejam a situação, Teko enfatizou a importância de reaver esses 30%, lembrando o trabalho essencial da corporação de 40 anos de existência "uma equipe de trabalho muito importante aqui da nossa cidade com 40 anos aqui de existência na nossa cidade

prestando serviço para nossas famílias de dia de noite com chuva com sol".

Saúde

O vereador fez questão de elogiar o Prefeito Célio Peixoto dos Santos (Republicanos) por já ter resolvido a "evolução dos cargos da GCM, projeto que estava parado há mais de 20 anos". Ele também celebrou outras conquistas na administração, como a inauguração da primeira creche na zona rural (no Caic) com pavimentação asfáltica, a melhoria da cesta básica e a iluminação dos campos de futebol.

Em uma união de esforços com o vereador Nino Laturrague, Teko confirmou a destinação de sua emenda impositiva para a compra de um aparelho hospitalar de alto custo. Teko complementou o valor, deixando "mais 300.000" para garantir a compra do equipamento conhecido como "arco", avaliado em 700.000 reais, que servirá aos 60 mil habitantes de Porto Feliz.

O vereador finalizou sua fala mencionando a visita do prefeito de Paranapanema, Rodolfo Fanganiello, ressaltando o intercâmbio de boas práticas, como a instituição da Guarda Civil Municipal e a construção de um hospital de referência naquela cidade.

Emendas

Vereador Nino Laturrague (MDB) utilizou a tribuna para detalhar o direcionamento de suas emendas impositivas, a importância de seu trabalho social e as conquistas de infraestrutura na área rural.

O vereador iniciou sua fala agradecendo o reconhecimento que tem recebido, mencionando que até mesmo um vereador de Hortolândia está acompanhando seu trabalho. Ele fez um agradecimento público aos seus apoiadores e reforçou a seriedade de seu mandato.

Fiscalização Rígida

Nino Laturrague destacou a assistência direta que sua equipe tem fornecido aos municípios mais vulneráveis, garantindo que os serviços públicos cheguem a quem precisa.

Ele ressaltou o empenho em fiscalizar a administração pública, assegurando que o trabalho da Casa de Leis é "duro é sério", e complementou: "nós não passamos a mão na cabeça de político nenhum, o que tem que falar a gente fala, o que tem que fazer a gente faz e eu creio que está indo tudo bem

fiscalizado". O vereador também detalhou o seu alcance na assistência social e saúde, afirmando que através de seu trabalho é possível que "a ambulância chegue até lá que os médicos cheguem até lá que assistência social faça a sua obrigação e chegue até lá" para pessoas necessitadas, doentes ou acamadas.

Estratégia

A principal revelação do vereador foi o destino de suas emendas impositivas em conjunto com o vereador Teko, uma decisão estratégica visando o benefício de toda a população de Porto Feliz.

Em vez de distribuir os recursos, o vereador decidiu concentrar sua verba na compra de um equipamento hospitalar caro e necessário: "eu resolvi fazer com que a minha emenda positiva impositiva chegasse até um aparelho que vai servir a todo nós, a 60.000 habitantes".

Ele explicou que o aparelho, identificado como um "arco", tem um custo elevado, estimado em 700.000 reais. Para concretizar a compra, ele contou com o auxílio do colega parlamentar: "eu falei com o parceiro Teko que interou o dinheiro com mais 300.000 reais e a gente vai conseguir comprar esse aparelho". Segundo Nino Laturrague, este investimento visa não apenas beneficiar diretamente a população, mas também fortalecer o Legislativo para futuras cobranças na área da saúde, pois "comprando esse aparelho nos fortalece ainda muito mais pra gente poder cobrar muito mais a saúde ainda".

Área Rural

O vereador também celebrou a infraestrutura na área rural, anunciando a inauguração da "primeira creche da zona rural" no Caic, que contará com a pavimentação asfáltica como um "brinde". Ele agradeceu ao prefeito pelo atendimento desse pedido.

Nino Laturrague citou o sucesso de obras anteriores como exemplo de economia de recursos públicos: "assim como tivemos coragem de afastar o Bom Retiro que hoje acabou o problema, carro, ônibus, caminhão já não encalha mais lá, não precisa a máquina ir rebocar e gastar". Ele finalizou expressando o desejo de levar mais pavimentação ao bairro Portela, acabando com os problemas causados pela terra.

Publicidade Legal



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Lauro Maurino, 78 - Porto Feliz (SP) - CEP 18540-141
Fones: (15) 3262-1119 - 3261-4722 - Fax: (15) 3262-3393
Site: <https://www.camaraportofeliz.sp.gov.br>

ESOLUÇÃO Nº 356, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ, PARA MODIFICAR A ALÍNEA “C” DO INCISO V DO §1º DO ARTIGO 183 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A íntegra da Resolução encontra-se disponível no site: www.portofeliz.sp.leg.br

Roselene Maria de Souza dos Santos
Presidente



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ
Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 - Centro
Porto Feliz (SP) • Tel. (15) 3261-9600
CNPJ 45.479.391/0001-07 • www.saaeportofeliz.sp.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços: 005/2025 - Processo SAAE: 947/2025 - Pregão

Eletrônico: 24/2025 - Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de locação de geradores de energia de grande porte - Detentor da ata:

MULTIPOWER SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ 19.702.501/0001-48. Valor total: R\$ 863.000,00 - Órgão Gerenciador: SAAE DE PORTO FELIZ - Vigência: 12 (doze) meses - Data: 12/11/2025.

Hubert



CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 29/11/2025
Rua Anchieta, 204 - Sala 202 - CEP 13201-804 - Centro Jundiá - SP - Tel. 11 4836-5428
2964 - ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL FAZENDA ALVORADA

Porto Feliz, 11 de novembro de 2025
Prezado(a) Associado(a):

Por determinação do Sr. Presidente, com respaldo do Estatuto Social de 2009, convidamos todos a participar da Assembleia Geral Ordinária do ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL FAZENDA ALVORADA, localizado na Rod Castelo Branco Km 104, Porto Feliz, a realizar-se na própria Associação - Salão de Festas , em primeira convocação às 9h30, do dia 29 de novembro de 2025, e, não havendo quorum legal, em segunda convocação, às 10h no mesmo dia, esta se realizando com qualquer número de associados presentes, para tratar da seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Aprovação das Contas do Período de nov/2024 a outubro 2025;
- 2) Previsão Orçamentária para o exercício de 2026;
- 3) Deliberação e Aprovação para melhoria no espaço da academia e sua forma de custeio;
- 4) Eleição da Diretoria e Conselho para novo mandato;
- 5) Esclarecimento sobre o período de vigência do mandato da Diretoria e Conselho;
- 6) Esclarecimentos sobre a vulnerabilidade estrutural do perímetro e comprometimento da segurança;
- 7) Esclarecimentos sobre possibilidade de implantação ambulatorio médico;
- 8) Aprovação para contratação de profissional especializado em prospeção de água (perfuração de poços artesanais) e sua forma de custeio;

Procurações: As procurações deverão ser apresentadas no momento da assinatura junto a lista de presença para validação.
Contando com a sua presença ou seu procurador, ressaltamos que as deliberações afetam a todos, inclusive aos associados ausentes, e só terão direito de participar e votar aqueles quites com suas contribuições (Artigo 1335 - Inciso III do Código Civil).

Atenciosamente,
Hubert Administradora
2964@hubert.com.br

Em Destaque

Associação Monte Carmelo promove cultura e educação

Projeto incentivado pelo Ministério da Cultura já atingiu cerca de 3.500 pessoas este ano em Porto Feliz

Pelo terceiro ano consecutivo, a Associação Monte Carmelo realiza seu projeto cultural. Durante dez meses, crianças e adolescentes participam de oficinas que culminam na criação de esquetes teatrais. As apresentações são levadas a escolas públicas e particulares, além de empresas parceiras, promovendo o acesso à arte e à cultura. As famílias também têm a oportunidade de prestigiar os espetáculos, que são registrados em vídeo e disponibilizados nos canais digitais da instituição.

3 mil pessoas

Neste ano, os esquetes foram inspirados nos

livros *Brisas de Confirmação* e *Vislumbres de Esperança*, trabalhados com os adolescentes da Associação. As apresentações já impactaram 3.486 pessoas, entre estudantes, educadores e familiares.

Como contrapartida social, a Associação ofereceu a palestra *A Arte Como Ferramenta Para a Unidade na Diversidade*, ministrada por Luis Henrique Beust. O evento foi realizado no Espaço Cultural Olair Coan, voltado a professores da rede municipal de ensino, com apoio da Secretaria de Educação.

Livro autoral

Na vertente literária, cada aluno desenvolve um livro autoral, abordando temas relevantes para

sua formação e atuação na comunidade. As obras são entregues às famílias e às bibliotecas das escolas onde estudam.

Segundo Paula Lima, coordenadora pedagógica que atua há 27 anos na Associação Monte Carmelo, “o trabalho desenvolvido pela instituição visa à educação integral das crianças e adolescentes que a frequentam. As oficinas culturais, além de complementarem as aulas de virtudes e projetos, contribuem para a descoberta de novas habilidades e talentos.”

Com 36 anos de atuação, a Associação Monte Carmelo contribui significativamente para a educação das crianças de Porto Feliz, atendendo diariamente cerca de 100 alunos. O presidente da



Divulgação



MUITO TRABALHO. O projeto foi desenvolvido ao longo de dez meses

instituição é o Sr. Keyvan Macedo.

O projeto cultural da entidade foi viabilizado pela Lei de Incentivo à

Cultura, com apoio do Ministério da Cultura. Em 2025, o Plano Anual da instituição - PRO-NAC 247440 -, contempla

atividades nas áreas de literatura, teatro, dança e música, integradas ao currículo dos alunos atendidos diariamente.

Documentário e jornal vão retratar a festa de 75 anos da escola Monsenhor Seckler

A empresa Capelini & Baldini Comunicação Integrada está produzindo um informativo especial e um vídeo institucional que irão registrar as comemorações pelos 75 anos da Escola Estadual Monsenhor Seckler. Ao longo de todo o ano, diversas atividades marcaram o Jubileu de Diamante da instituição, celebrando sua história, sua comunidade escolar e sua contribuição para Porto Feliz.

Entre as ações realizadas estão o documentário produzido pelo jornalista Demétrio Brocca e lançado durante as festividades, a sessão solene na Câmara Municipal, a reativação da fanfarra para o desfile de 7 de Setembro, além de outras atividades



Divulgação

REGISTRO PARA A HISTÓRIA. A partir da esq., o presidente da Comissão dos 75 anos, professor Miguel Arcanjo de Almeida, Adriano Capelini e Paulo Henrique Baldini, da produtora de conteúdos

promovidas pela escola durante 2025.

A Capelini & Baldini reunirá todo esse conteúdo, incluindo materiais

inéditos e registros exclusivos, para compor o novo vídeo institucional e o jornal comemorativo da escola. Ambos serão lan-

çados em dezembro, consolidando em um único material a memória das celebrações dos 75 anos do Monsenhor Seckler.

Aniversários



No sábado 15
aniversaria
Heloisa



No sábado 15
aniversaria
Jorge



Na segunda-feira 17
aniversaria
Felipe



Na quarta-feira 19
aniversaria
Edney



Na quinta-feira 20
aniversaria
Ernesto



Na quinta-feira 20
aniversaria
José



Na sexta-feira 21
aniversaria
Bentinho



Na sexta-feira 21
aniversaria
Viviane



Mande sua foto por WhatsApp (15) 9.9888-18 14

Câmara de Tietê aprova Moção de Aplauso ao Culturando

A Câmara Municipal de Tietê aprovou uma Moção de Aplauso ao Projeto Culturando, pela realização do Culturando Rock Festival II. Leandro Amicci, autor da moção, disse que o evento trouxe a Tietê um grande ganho cultural, movimentou a economia criativa local, impulsionou artistas, fomentou o turismo e, acima de tudo, colaborou de forma efetiva com as instituições beneficentes e com o Fundo Social de Solidariedade, em um gesto de sensibilidade social e compromisso comunitário.

SUPERMERCADO BENEDETE

LOJA 1: AV. GETÚLIO VARGAS, 339 - BAMBU PORTO FELIZ - SP (15) 3262-8700

@SUPERMERCADOBENEDETE

LOJA 2: AV. ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA, 609 - VILA PROGRESSO PORTO FELIZ - SP (15) 3262-2125

Todo dia é dia de Benedete!

Ofertas exclusivas todos os dias

Restaurante & Churrascaria

Rua Draco de Albuquerque, 48 (Centro)

De segunda a sábado, das 11 às 14h30

(15) 9.9708.1123 (15) 3261.5099